

DA SÍNTESE DIALÉTICA À ORDEM PARADOXAL: A TERCEIRIDADE COMO CAMPO ANALÍTICO NA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA

DE LA SÍNTESIS DIALÉCTICA AL ORDEN
PARADÓJICO: LA TERCERIDAD COMO
CAMPO ANALÍTICO EN LA CLÍNICA
CONTEMPORÁNEA

FROM DIALECTICAL SYNTHESIS TO
PARADOXICAL ORDER: THIRDNESS AS AN
ANALYTICAL FIELD IN CONTEMPORARY
CLINICS

Camila Braz Padrão
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro
ORCID 0009-0009-9624-9903
Correio eletrônico: cpadrao.psi@gmail.com

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Braz Padrão C. (2023) DA SÍNTESE DIALÉTICA À ORDEM PARADOXAL:
A TERCEIRIDADE COMO CAMPO ANALÍTICO NA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA
Intercambio Psicoanalítico 14 (2), DOI:doi.org/10.60139/InterPsic/14.2. 3/
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

DA SÍNTESE DIALÉTICA À ORDEM PARADOXAL: A TERCEIRIDADE COMO CAMPO ANALÍTICO NA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA

Camila Braz Padrão¹

¹ Psicóloga, psicanalista, Mestre em psicologia clínica (PUC-Rio), membro do Fórum de psicanálise do CPRJ.

RESUMO:

Este artigo busca abordar a noção de terceiridade como saída teórico-clínica para os desafios da clínica contemporânea, diante da qual o modelo freudiano das psiconeuroses mostrou-se insuficiente e inadequado. Diante disso, procuramos nos afastar das noções de conflito e dualismo da psicanálise clássica e propusemos a ideia de terceiridade numa acepção espacial que funda um novo campo analítico inscrito sobre uma lógica paradoxal, a qual atua como subsídio teórico-clínico à psicanálise contemporânea.

Palavras-chave:

psicanálise contemporânea; terceiridade; paradoxo.

RESUMEN:

Este artículo busca abordar la noción de terceridad como salida teórico-clínica para los desafíos de la clínica contemporánea, ante la cual el modelo freudiano de las psiconeurosis se ha mostrado insuficiente e inadecuado. Ante esto, procuramos alejarnos de las nociones de conflicto y dualismo del psicoanálisis clásico y proponemos la idea de terceridad en una acepción espacial que funda un nuevo campo analítico inscrito sobre una lógica paradójica, que actúa como soporte teórico-clínico para el psicoanálisis contemporáneo.

Palabras clave:

psicoanálisis contemporáneo, terceridad, paradoja.

ABSTRACT:

This article seeks to address the notion of thirdness as a theoretical and clinical approach to the challenges of contemporary psychoanalysis. In the face of which, the freudian model of psychoneuroses has proven to be insufficient and inadequate. Therefore, we aim to move away from the concepts of conflict and dualism in classical psychoanalysis and propose the idea of thirdness in a spatial sense that establishes a new analytical framework based on a paradoxical logic, which serves as a theoretical and clinical aid to contemporary psychoanalysis.

Keywords:

contemporary psychoanalysis, thirdness; paradox.

As pesquisas atuais no campo psicanalítico têm como ponto de partida a experiência clínica contemporânea na qual o psicanalista se defronta com tipos de sofrimento específicos, como psicossomatoses, transtornos alimentares, adicções, síndromes do pânico, quadros depressivos e ansiosos. Embora guardem diferenças entre si, tais quadros têm sido frequentemente utilizados com um sentido aproximado e estariam subscritos sob expressões como “estados-limite” (Green, 1990) e “sofrimentos narcísico-identitários” (Roussillon, 1999), dentre outras. Estas configurações subjetivas evidenciam um afastamento considerável com relação à nosografia identificada por Freud. São pacientes cujos sintomas não estão circunscritos ao modelo teórico-clínico clássico da psicanálise freudiana, que tem como base as psiconeuroses, o que evidencia a necessidade de novos modelos de referência, uma vez que denuncia a insuficiência do modelo freudiano, tanto para sua compreensão teórica quanto para seu manejo clínico.

Os pacientes contemporâneos se apresentam de modo muito diverso dos clássicos pacientes de Freud: experimentam um sentimento de vazio, trazem queixas difusas, se apresentam em silêncio, fazem uso predominante da clivagem como defesa e não do recalque, além de apresentarem constantemente sintomas corporais e passagens ao ato. Sua dinâmica psíquica não se fundamenta num conflito psíquico centrado no Complexo de Édipo e em sua correlata angústia de castração. Tudo isto nos leva a pensar em consideráveis prejuízos no uso da associação livre e no campo da simbolização. A clínica dos chamados “casos difíceis” leva o analista, então, a afastar-se da dimensão do conflito psíquico, como descrito por Freud nas neuroses, e a promover uma compreensão expandida, não focada no dualismo freudiano e nem na ideia de conflito, mas na concepção de um campo de forças: um espaço compartilhado na experiência clínica, que vai além do campo transferencial concebido por Freud, da análise do intrapsíquico e da mera revelação de conteúdos inconscientes. Sua dinâmica psíquica parece mais relacionada a vivências traumáticas vividas num período anterior e mais precoce, no qual a capacidade de simbolização existe apenas de modo incipiente. Trata-se, portanto, de problemáticas narcísicas, cuja angústia correspondente diz respeito à intrusão/abandono do objeto, o que Green (1990) denomina “angústia de separação/intrusão”. Tais pacientes parecem ter como origem de seu sofrimento algo precoce que aponta para suas relações primárias de objeto e o modo pelo qual tais experiências intersubjetivas forjaram sua constituição subjetiva e narcísica. Todo este contexto já evidencia um deslocamento da problemática da neurose - fundada na ideia do conflito psíquico diante de um desejo que encontra uma proibição - para uma questão mais elementar, que versa mais sobre o existir e menos sobre o desejar, pois *lhe* é anterior.

Um autor que muito contribui para o manejo clínico e a compreensão teórica destes casos é Roussillon. O autor esclarece que, em tais problemáticas clínicas, o sujeito está ameaçado em seu sentimento identitário, pois o que está em jogo é a constituição narcísica. Descreve, então, que se trata de uma “clínica das patologias do ser”, o que aponta para dificuldades precoces, anteriores ao Complexo de Édipo, diferindo, portanto, da clínica das neuroses

- clínica do objeto perdido – e constituindo uma clínica da não neurose - clínica do sujeito perdido – na qual são os aspectos narcísicos, que dizem respeito à integração e à identidade, que se encontram em xeque.

Embora esta clínica aponte para um tempo primário, anterior às relações de objeto propriamente ditas, o estatuto do objeto não apenas se presentifica neste contexto como se coloca como determinante no processo de constituição psíquica. Se por um lado a clínica das neuroses aponta para o objeto, através da lógica edipiana, constituindo, assim, uma clínica das relações objetais, por outro lado, o que interessava a Freud naquele momento dizia respeito, sobretudo, a seus efeitos intrapsíquicos. Paradoxalmente, a clínica contemporânea é considerada uma clínica das relações pré-objetais/primárias, isto é, referida a um tempo anterior ao reconhecimento de si mesmo como sujeito e do objeto enquanto tal. Contudo, o estatuto do objeto é primordial para seu entendimento, na medida em que a problemática narcísica se encontra precisamente no limite entre o eu e o não-eu, o qual se constitui a partir das relações primárias oferecidas pelo objeto. A este respeito Roussillon (2013, p.68) afirma que “em todas as patologias do narcisismo encontramos uma dupla ameaça no encontro com o objeto: se estão muito próximos, são intrusivos, se estão muito distantes, estão abandonando” e se refere a isso através da expressão “problemática da presença”. Sua posição se assemelha a de Green (1990), que ao tratar destes “novos casos” utiliza a denominação “estados-limite”, aos quais articula a existência “de uma dupla angústia contraditória: a angústia de separação, com todos os problemas acarretados (...) pelos lutos intermináveis e não vivenciados e a angústia de intrusão, isto é, de ser invadido pelo objeto” (1990, p.13).

Embora as pesquisas psicanalíticas sobre os “novos casos” apontem com frequência para uma insistente manifestação da pulsão de morte em seu sentido destrutivo, excessivo e irrepresentável, Roussillon (2013) em sua releitura da obra freudiana, destaca dois enunciados que considera fundamentais para a clínica contemporânea: (I) as experiências que mais repetimos são as mais precoces e (II) elas se repetem devido à fragilidade da capacidade de síntese do sujeito. Tais afirmativas não negam sua dimensão irrepresentável, mas sublinham duas ideias que nos interessam: a ideia de que as experiências precoces são determinantes e correlatas a um momento de grande fragilidade simbólica, devido à incapacidade integrativa de um ego incipiente e à ideia de que, precisamente por este fato, há a repetição de experiências precoces desagradáveis que geram desprazer, mas que servem ao Princípio de Prazer e constituem defesas. Isto é, configuram tentativas de elaboração do desprazer que acomete o sujeito frente a uma vivência pulsional diante da qual o sujeito ainda não possui recursos psíquicos para lidar e que, portanto, constitui-se como uma carga pulsional excessiva e traumática. Um exemplo disso é o jogo do *Fort-da*, no qual a criança encena repetidamente o desaparecimento e o retorno do objeto de amor, a fim de elaborar sua ausência e garantir internamente seu retorno. Tal exemplo não configura uma expressão da pulsão de morte, mas uma tentativa criativa de ligação e elaboração da criança para lidar psiquicamente com a ausência do objeto. Ainda sobre este aspecto, Roussillon (2013) destaca que

os maiores problemas desta fase pré-objetal se referem a ligar-se ao objeto e dele se diferenciar, evidenciando a “problemática da presença” na base da constituição narcísica. Ora, mais do que administrar as idas e vindas do objeto, a criança tem a dupla e paradoxal tarefa de identificar-se com ele e dele se diferenciar, o que se dá como um jogo permanente de presença-ausência, promovendo a introjeção do outro como parte de si mesmo e, gradativamente, como objeto interno. Esta operação psíquica complexa e gradual certamente depende da qualidade do objeto e da dinâmica de presença-ausência que este pode oferecer ao sujeito em constituição.

Tal problemática se evidencia na clínica contemporânea dos “casos difíceis” e se reatualiza no *setting* analítico e na relação transferencial, denominada como paradoxal, segundo Roussillon (2013) e assim, não podendo ser concebida da mesma forma que fazia a psicanálise clássica. Segundo o autor, o primeiro desafio do analista diante destes casos é trabalhar a paradoxal angústia de invasão/abandono e a dupla ameaça que se dá no encontro do sujeito com o objeto: a de ser invadido e a de ser abandonado. O analista precisaria tornar ausente um objeto assediador que não deixa nenhum espaço psíquico não invadido para o sujeito se apropriar, mas sem o deixar cair na angústia de solidão e abandono radical, pois sempre que um objeto intrusivo se ausenta, o que resta é um espaço que, apesar de vazio, o sujeito não pode habitar ou integrar. O autor, então, traz para a cena transferencial a problemática da presença/ausência própria aos tempos precoces. Assim, o analista se constitui como outro e procura estabelecer com o paciente uma relação objetual positiva: de não-abandono mas também de não-intrusão ou identificação maciça, buscando, assim, não reeditar na situação analítica o lugar de objeto que ora invade, ora abandona. Daí reside toda a dificuldade da técnica, pois, “toda interpretação é intrusiva e toda não interpretação é abandonante” (2013, p.68), o que nos leva a um suposto impasse analítico diante do qual parece não haver saída. Inferimos que a solução de tal dilema seja repensar o estatuto da interpretação na análise e fazer uso de outros meios de presença não intrusiva na cena analítica. Mas, para tal finalidade, como propõe Roussillon (2013), é preciso apelar às contribuições de autores pós-freudianos e suas formulações. Tais autores estabeleceram novas técnicas para o atendimento destes casos, o que inclui uma nova posição do analista, uma nova concepção e uso da transferência e novos modos de intervenção, ou seja, uma nova clínica para um novo sujeito.

Neste ponto pedimos licença para uma indispensável digressão. Nos atermos por certo tempo às contribuições daquele que consideramos o precursor da psicanálise contemporânea: Sandor Ferenczi. Considerado *l' enfant terrible* da psicanálise, foi um dos mais importantes interlocutores freudianos e contribuiu imensamente para o desenvolvimento da psicanálise. Inquieto e questionador, Ferenczi promoveu inovações clínicas contundentes e irrevogáveis, inaugurando um novo fazer psicanalítico e promovendo uma elasticidade da técnica clássica, que já se mostrava claudicante e insuficiente em sua época, principalmente na clínica dos “pacientes difíceis” - justamente àqueles casos que não se enquadravam no âmbito das psiconeuroses.

Pelo necessário caráter de mutualidade entre teoria e clínica que sempre se presentificou em sua experiência e constitui inexoravelmente sua obra, nos valeremos aqui de algumas técnicas e conceitos específicos de Ferenczi, considerado o analista da experimentação, por seu caráter obstinado pela pesquisa teórica e clínica e por sua ousadia questionadora e capacidade inovadora e criativa. Os aspectos que aqui escolhemos destacar dizem respeito, sobretudo, a inovações propostas pelo autor que deram conta das dificuldades clínicas e limitações teóricas do modelo freudiano diante da clínica dos pacientes difíceis.

Já dissemos introdutoriamente que a clínica contemporânea se afasta da tese freudiana a respeito da prevalência da ideia de conflito psíquico, que toma o recalque como defesa privilegiada. Desde suas pesquisas sobre a histeria no início da psicanálise, Freud identificou o sintoma histérico como resultado de um conflito psíquico oriundo do encontro de um desejo inconsciente com uma proibição da moral sexual civilizada da época. Tudo isto, fornece base para sua teoria acerca das psiconeuroses, passando pela gênese do ego e do superego (Freud, 1923). Este último surgiria da dissolução do Complexo de Édipo, correlato do recalque como defesa. Com o ego não é muito diferente: diante da proibição moral dos impulsos eróticos pelos pais, a criança, a fim de não perder os investimentos objetivos e preservar seu objeto de amor, com ele se identifica. Tais identificações chamadas de primárias, iniciam a diferenciação do Ego a partir do Id, instância primera e indiferenciada de onde partem todas as catexias pulsionais.

O pensamento freudiano toma como base o dualismo, isto é, um conflito inicial entre duas forças antagônicas que resulta num sintoma como formação de compromisso, a partir do recalque como defesa. Neste sentido, observamos que, ou o desejo prevalece e permanece consciente ou a censura o vence e ele é lançado ao inconsciente através do recalque. Podemos inferir que o dualismo freudiano naturalmente comporta uma aceção dialética, na medida em que assume a ideia de que uma tese encontra uma antítese e tal conflito culmina numa síntese. Pensar na dialética como fundamento filosófico do dualismo freudiano faz sentido também se considerarmos os esforços de Freud em fundar a psicanálise como um campo de saber científico, calcado em métodos e demonstrações e inserida no campo da racionalidade e previsibilidade. Ora, no decorrer de toda a sua obra, o que Freud mais faz é promover diálogos com o leitor a fim de convencê-lo de suas teses através de argumentos lógicos e exemplos comprobatórios. Seus esforços se aproximam da lógica dialética de Platão (mundo das ideias X mundo das coisas), do uso do diálogo na busca da verdade e da compreensão racional do que aparentemente não possui razão - os ataques histéricos, por exemplo, que eram interpretados como possessões demoníacas. Aproximam-se também do silogismo dialético aristotélico, para o qual premissas prováveis buscam comprovação para assim ganharem a cientificidade necessária que lhes confere o estatuto de Verdade (Japiassú e Marcondes, 2008).

Mas por qual motivo aludir a estas considerações a respeito do pensamento freudiano e da estrutura teórica presente em sua obra neste momento? Nosso intuito aqui é diferenciá-lo do pensamento e desenvolvimento teórico-clínico de Ferenczi, que se coaduna com o que propomos neste trabalho: a superação de uma visão dualista ou de síntese dialética, própria à clínica e à metapsicologia clássicas e a consequente adesão a um pensamento pluralista, mais complexo e paradoxal, que dê conta dos “novos casos”. A este respeito, nos dizem Gondar e Canavêz (2022):

Não nos deparamos em Ferenczi com qualquer forma de dualismo – resquício ainda encontrado no estilo freudiano – qualquer encadeamento alternativo, do tipo “ou isso ou aquilo”. O que encontramos (...) são conexões que se somam e se misturam, propondo múltiplas entradas no caminho” (p.193).

As autoras afirmam que Ferenczi valoriza as misturas, os interstícios e os paradoxos, não adotando uma posição dualista e dialética, com o pressuposto da ideia de progresso linear e síntese. O pensamento ferencziano reafirma-se como pensamento do múltiplo, da divergência e da disjunção, não calcado na lógica da contradição e das oposições próprias ao dualismo freudiano, promovendo um desmonte da oposição natureza x cultura e de outras, complementam as autoras. Assim, numa consideração não dialética, encontramos em Ferenczi justamente uma lógica paradoxal, que apresenta uma espécie de não-conclusão contraditória, segundo a qual não é preciso escolher entre um dos elementos de tal contradição nem se chegar a um resultado único. Gondar e Canavêz (2022, p.195) afirmam: “um paradoxo consiste na afirmação de dois sentidos contrários ao mesmo tempo. Eles fazem coincidir, (...) regressão e progressão, trauma e criação, criar e destruir sem que haja um terceiro termo, síntese ou formação de compromisso que medie ou apazigue incompatibilidades”¹. Ora, enquanto Freud procura construir uma teoria científica com todas as limitações impostas por tal projeto, Ferenczi não teme afastar-se do estatuto científico de sua época e lançar-se a experimentações, a fim de minimizar o sofrimento dos pacientes difíceis, questionando verdades incontestes, derrubando adequações e demolindo limites clínicos e metapsicológicos.

1 Diversos trabalhos como o de Coelho Junior (2015) apontam para a ideia de um terceiro termo como síntese, mesmo nos primórdios do desenvolvimento psicanalítico. Em Freud tal noção se apresenta na ideia do pai como terceiro, na triangulação do Complexo de Édipo, nas noções de pré-consciente, sintoma, formação de compromisso, dentre outras. Em Lacan, temos como exemplo o nome-do-pai. No entanto, todas essas noções estão referidas à lógica dual e conflitante do dualismo sobre a qual procuram justamente “apaziguar incompatibilidades”, o que aqui buscamos superar, como veremos mais detidamente em breve.

Ferenczi, então, implementou uma série de importantes técnicas as quais não abordaremos detidamente neste trabalho, mas que se inserem no contexto aqui apresentado, como a experiência de mutualidade, a partir do “sentir com”, da ideia de sintonia e da análise mútua. Inaugurou, desta forma, um novo lugar para o analista, agora presente numa posição mais ativa, menos interpretativa e neutra e mais implicado, sobretudo, no campo do afeto, isto é, afetando e sendo afetado pelo paciente e participando ativamente do trabalho psíquico empreendido na análise, que deixa de ser tarefa apenas do paciente. Deste modo, tendo Ferenczi como precursor, diversos autores contemporâneos se debruçam sobre um novo modelo de clínica, a partir do qual procuram traçar novos caminhos teóricos que possam lhe oferecer sustentação, formulando, assim, novos conceitos para uma nova clínica, reiterando que a clínica é soberana e imperiosa, na medida em que é a partir dela que se inauguram novas formulações conceituais.

Nesta tentativa de construir subsídios teóricos para a compreensão dos “casos difíceis”, observamos que diversas contribuições de importantes autores da clínica psicanalítica apontam para uma espécie de campo comum. Tal campo diz respeito à superação da ideia de dualismo outrora abordada. Desejamos agora melhor esclarecer o que se impõe como saída teórica diante da superação aqui proposta da lógica dualista e de conflito própria à psicanálise clássica. Trata-se da concepção de um terceiro, numa acepção específica que, em nosso entendimento, não se constitui como um terceiro elemento concebido como produto/síntese da interação dos dois elementos que lhe antecedem, mas sim pela compreensão de que este terceiro possui contornos mais complexos e precisa ser entendido como um processo, território, área, espaço. Deste modo, constitui-se como um campo, o que nos remete à ideia de volume e tridimensionalidade, como a formação de um lugar não localizável que abarca uma série de processos. Trata-se de algo que, como dissemos, escapa à lógica dual e não se encerra no conflito entre duas forças antagônicas ou na oposição dualista, tão cara à teoria freudiana, mas se inscreve numa espécie de ordem paradoxal, na medida em que é a afirmação de dois ou mais sentidos simultaneamente, que delineiam um novo e complexo campo, donde reside a ideia subjacente de que “o todo é maior que a soma das partes”. Tal ideia consiste, portanto, numa ampliação do campo analítico, que desconstrói a relação de linearidade/oposição entre dois elementos e que não se encerra neles, mas os abarca, sem promover seu apagamento ou superação, isto é, sem chegar a uma conclusão final e resolutive, consequência de uma espécie de síntese/formação de compromisso entre partes conflitantes. Tal espaço/campo contempla a complexidade que queremos evidenciar: algo novo que não pretende construir uma síntese dialética, mas se constitui como um novo e fértil terreno, onde bro

tam coisas novas e se produzem novos vínculos, saídas criativas, constituindo um “espaço potencial”, aludindo ao conceito winnicottiano.¹

Parece-nos oportuno agora abordar como se apresenta clinicamente a lógica da terceiridade, tal como a concebemos neste trabalho, isto é, não circunscrita à ideia de um terceiro elemento que surge como síntese do conflito entre elementos anteriores, nem como alternativa que busca a superação de um dualismo pela promoção de uma saída resolutive. Mas sim concebida pela afirmação de algo que não se encerra nos elementos que a precedem, lhe concedendo a complexidade de um campo analítico. Do ponto de vista clínico, grosso modo, as concepções que nos interessam apontam para um terceiro “elemento” que se produz a partir da interação analista-analisando, entendida como uma interação complexa em que estão presentes corpos, mentes e afetos de ambos. Além disso, abrange tudo que se produz, observa, escuta e sente neste campo/território analítico que, assim, pode ser pensado como uma espécie de campo de forças: um campo de afetação.

Neste contexto, a produção deste terceiro - campo analítico - pressupõe o que citamos acima a respeito da necessidade de construção de um novo lugar para o analista, agora concebido em totalidade, como sujeito de afetos que não mais se coloca apenas como anteparo às projeções transferenciais do analisando, nem como sujeito do suposto saber, mestre decifrador de conteúdos inconscientes, nem mesmo como receptor passivo e supostamente neutro de afetos que lhe são dirigidos por estar no lugar de outrem, via transferência. Insistimos aqui neste ponto fundamental: a clínica contemporânea exige que o analista saia do lugar apenas interpretativo, de mero analista da transferência e atue como um construtor de sentidos em conjunto com o analisando, colocando-se para isso como objeto mas também como sujeito desta relação, emprestando-lhe seu inconsciente, seu corpo e seus afetos, na medida em que tais elementos participam diretamente do trabalho analítico, através da experiência mútua do “sentir com”, pelo vínculo/presença justamente do que parece ter faltado na experiência objetual primária destes pacientes. Esse novo lugar do analista produz, por conseguinte, uma nova relação e uma nova experiência transferencial. Este conjunto de coisas, por sua vez, resulta na construção deste território/campo, desta área analítica produzida a partir deste novo modo de relação, não calcada apenas no par analítico, mas nesse complexo campo transferencial

2 São diversas as acepções sobre o terceiro na psicanálise. Como exemplo disto, encontramos em Coelho Junior (2015) a apresentação de nove diferentes “figuras da terceiridade”. Por isso é fundamental esclarecer que nosso trabalho não tem o objetivo de percorrer diversas teorizações a respeito da terceiridade. Nossa escolha teórica toma como base autores que acreditamos se aproximar de nossa acepção do terceiro tal como a definimos no presente artigo.

em que talvez se possa produzir ligação, simbolização, novos sentidos ou apenas – e não o afirmamos como se pouco fosse - oferecer ao analisando uma nova experiência de relação, acolhimento, mutualidade e vínculo pois, como nos diz Ferenczi, o que cura é o afeto.

O surgimento teórico e conceitual deste campo como terceiro “elemento”, tomado como um espaço e constituído numa espécie de ordem paradoxal, como já dissemos, é precedido, a nosso ver, por esta nova e ampliada concepção de clínica psicanalítica inaugurada por Ferenczi. Para fundamentar isto, traremos a seguir algumas contribuições teórico-clínicas de outros autores sobre as quais acreditamos poder estabelecer costuras a respeito do fazer psicanalítico nos dias atuais e que se coadunam com a ideia central deste artigo. Ainda que guardem diferenças conceituais entre si, o terreno comum que encontramos entre estes autores diz respeito a pelo menos alguns dos seguintes aspectos que nos interessam: (I) a noção teórica de um terceiro, entendido não como mero elemento mas como um processo, espaço, área e fundamentado sobre uma ordem paradoxal, que transcende uma lógica dual ou síntese dialética, seus elementos e a ideia de conflito; (II) a ideia de que tal concepção teórica advém de uma insuficiência ou inadequação do arcabouço teórico-clínico psicanalítico clássico; (III) a afirmação de que o terceiro que forma essa ordem paradoxal se apresenta em aspectos defensivos próprios a situações de trauma e ruptura, embora também se evidencie no desenvolvimento denominado normal; (IV) a noção de um trauma precoce, comumente relacionado a falhas do objeto como determinante de uma patologia contemporânea, o que sublinharia a importância de construção deste campo fecundo e paradoxal da terceira idade na situação analítica.

A teoria de Winnicott se coaduna ao que tentamos desenvolver neste trabalho. Sua obra é marcada tanto pela noção de paradoxo como pela ideia de uma espécie de terceiro elemento, definido por ele como um espaço. Estamos aqui nos referindo à noção de transicionalidade (2000). Suas noções de objeto, fenômeno e espaço transicionais apontam para a existência de um terceiro elemento que constitui um espaço, uma área intermediária constituída no *entre*, num território que não é nem externo nem interno, mas, paradoxalmente, é ambos. Dentro do campo transicional que propõe, encontramos uma série de paradoxos comuns ao próprio processo de desenvolvimento que, por isso mesmo, não devem ser resolvidos, mas aceitos e tolerados e constituem essa área intermediária que funda os limites interno/externo, eu/não-eu, limites estes que não se constituem como uma linha tênue entre tais elementos, mas como um espaço de transição, o qual garante a ideia de continuidade. Alguns exemplos de paradoxos próprios ao processo de maturação encontrados na obra de Winnicott dizem respeito à afirmação de que o objeto transicional é e não é o seio; à definição da capacidade de estar só na presença do outro (1983); à noção de ilusão (2000), segundo a qual o objeto para ser criado, deve ser encontrado ou, ainda; à ideia da primeira posse de um objeto não-eu, definido como um objeto que não está dentro da criança nem fora dela, mas num espaço utópico, no limite entre o interno e o externo, no qual se localizam processos não localizáveis.

Winnicott também considera o uso de defesas paradoxais que se apresentam se o ambiente não foi suficientemente bom de modo a assegurar uma experiência de ilusão, construção de um espaço potencial e continuidade do ser. Neste caso o sujeito vive experiências traumáticas de ruptura e descontinuidade que o levam às agonias impensáveis e ao medo do colapso (1994). Na tentativa de elaborar tais experiências, o sujeito faz uso das defesas paradoxais, que promovem uma suspensão da oposição primário/secundário, interno/externo, estabelecendo, assim, uma espécie de ponte acima das descontinuidades, na tentativa de inauguração de um espaço intermediário que possa abarcar seus fenômenos psíquicos e garantir uma experiência de continuidade do ser.

Outro autor que vem ao encontro de nossa exposição é Thomas Ogden (1996), que aborda a questão da terceiridade com o conceito de terceiro analítico. Antes de explorarmos suas complexas formulações a respeito da terceiridade, se faz imprescindível um esclarecimento acerca de uma aparente contradição, o que nos exigirá certo desvio. Coelho Junior (2015) afirma que a teoria da terceiridade de Ogden se fundamenta na dialética, mas considera que a concepção filosófica que melhor daria sustentação às ideias do autor seria a “dialética sem síntese”¹. De fato, ao longo de seu livro, Ogden reafirma repetidamente a dialética como fundamento de suas ideias. Arriscamos afirmar que a tese que sustenta sua argumentação se baseia precisamente numa proposta dialética de clínica, a qual representa um rompimento com o modelo vigente até então do psicanalisar, o que se coaduna com o que aqui propomos.² Mas o que seria essa “dialética sem

³ Vale ressaltar que embora tal concepção filosófica seja atribuída a Merleau-Ponty, ela teria se originado das ideias do filósofo Heráclito de Éfeso. Considerado o pai da dialética, afirmava que a realidade possui uma pluralidade de opostos que não se encontram em conflito, mas numa relação de complementaridade, o que lhes confere uma unidade básica (Marcondes, 2007).

⁴ Sobre isto, Coelho Junior (2015) ressalta que Ogden e muitos outros autores formularam suas teorias sobre o terceiro sob a influência de uma visão intersubjetivista, preconizada basicamente por expoentes da escola inglesa e seus leitores, buscando criticar as relações de objeto e o predomínio das relações duais próprias à chamada *two body psychology*, inaugurando, então, o conceito de terceiro. Do mesmo modo, as teorias das relações objetais teriam surgido como proposta alternativa à teoria clássica e solipsista, cuja ênfase era o intrapsíquico, denominada *one body psychology*.

síntese” na qual se fundamentaria sua teoria do terceiro analítico? Como compreendê-la no contexto filosófico aqui proposto? Estaria ela, então, distante da síntese dialética do dualismo freudiano? Em que contradiz ou se assemelha ao que aqui formulamos como ordem paradoxal? É, principalmente, a partir do texto do próprio Ogden que responderemos tais indagações, mas já adiantamos aqui o que nossa pesquisa demonstrou: a nosso ver, Coelho Junior (2015) cunha uma ótima expressão para se referir ao que podemos inferir como o posicionamento filosófico de Ogden. Embora se utilize do termo dialética inúmeras vezes em sua obra, fica evidente por sua própria construção textual que sua proposta é a inauguração de um novo olhar sobre a situação analítica, que difere da dialética própria ao dualismo e às oposições encontradas no texto freudiano, com base na dinâmica do conflito e condensada pelo trinômio tese-antítese-síntese/conhecimento presumido-ceticismo-conhecimento aprimorado. A dialética construída por Ogden nos parece referida à concepção hegeliana, e procura, justamente, promover um rompimento com a ideia de síntese, como alertou Coelho Junior (2015). Neste sentido, se aproxima da base filosófica que aqui propomos: a concepção de paradoxo.

Para melhor situarmos a dialética de Hegel como fundamento filosófico do conceito de terceiro analítico, nos utilizaremos do termo *Aufhebung*, utilizado pelo filósofo alemão, o qual evidencia que sua dialética rompe com qualquer projeto de síntese próprio às concepções dialéticas da filosofia antiga.¹ Trata-se de um substantivo derivado do verbo *Aufheben*, que possui três significados: (I) cancelar, negar, anular; (II) preservar; (III) elevar a um nível superior. O entendimento do significado a que se refere o termo depende do contexto em que está inserido. Entretanto, na obra de Hegel tal termo possui os três sentidos simultaneamente. Isto é, a dialética hegeliana não é apenas um método, é a estrutura da coisa em seu devir: as coisas se constituem dialeticamente, por um processo histórico, temporal e progressivo, que compõe uma espécie de movimento, em que etapas sucessivas não anulam as anteriores, mas as superam ao mesmo tempo em que reafirmam sua existência, gerando uma transformação que inclui todos os estágios do processo.²

O próprio Ogden (1996) aborda a definição de *Aufhebung* trazida por Hyppolite: segundo a qual, trata-se de um termo da dialética de Hegel, que significa simultaneamente negar, suprimir e conservar, e fundamentalmente erguer - mas o faz a partir do uso de Freud do termo em “A negativa” (Freud, 1925).

5 Termo de difícil tradução, geralmente é utilizado o neologismo “suprassunção” como referência a ele em português.

6 Como exemplo ilustrativo, comumente é usado o exemplo do trigo que precisa (I) ser negado em sua forma natural, para fazer-se pão, (II) permanecer preservado, na medida em que constitui o pão, (III) ser elevado/ transformado numa nova forma, o pão.

Ogden considera que Freud propõe uma interpretação dialética a partir da postulação da noção de *Verneinung* (negativa). Embora não possamos afirmar isso, a nosso ver, é mais provável que Freud tenha feito uso do termo alemão no sentido de cancelamento/negação. Contudo, concordamos com Ogden que a noção de negativa cunhada por Freud comporta inegavelmente uma dimensão dialética, mas acreditamos que o faça de forma bem específica: pela afirmação de algo a partir de sua negação, o que não se insere completamente na lógica hegeliana do termo, uma vez que não comporta o significado de erguer/elevar a um outro nível ou produzir uma transformação. De qualquer modo, ainda que possamos afirmar categoricamente o caráter inovador e disruptivo de sua obra, isso não livra Freud da centralidade de um pensamento linear e dualista como fio condutor de sua produção, como ressalta o próprio Ogden (1996) ao afirmar que Freud luta “contra as limitações da linearidade de pensamento exigida pelas noções positivistas de causalidade” (p.13). A seguir, entretanto, comenta que “os exemplos de como Freud tenta formular suas ideias em termos lineares, diacrônicos, são inúmeros e se espalham por toda sua obra” (p.13). Complementa o argumento citando alguns exemplos em que o autor procurou promover uma progressão: do inconsciente para a consciência; do princípio de prazer para o princípio de realidade; do Id para o Ego; do processo primário para o processo secundário. A crítica de Ogden a este respeito desconstrói a ideia linear de progresso e reafirma a lógica paradoxal e da dialética própria à suprassunção, como verificamos em sua afirmativa de que Tal linearidade de pensamento obscurece o que acredito ser a natureza radical do projeto psicanalítico, ou seja, a noção de que o sujeito (...) pode ser conceituado como resultado de um processo contínuo no qual (...) é simultaneamente constituído e descentrado de si mesmo por meio da negação e da preservação da inter-relação dialética entre consciência e inconsciente (1996, p.13).

São diversos os trechos em que se evidencia a aproximação de suas ideias do que chamamos de paradoxo, através da expressão “ordem paradoxal”. A construção do próprio texto se utiliza de uma série de recursos que apontam direta ou indiretamente para este posicionamento, como vemos na analogia que constrói entre analista-analisando e escritor-leitor, afirmando que o que se passa entre esses dois sujeitos não se trata de ventriloquia, mas de um evento humano complexo. Afirma, então, que um terceiro sujeito é criado na experiência de ler, um sujeito não redutível nem ao escritor nem ao leitor. A criação deste terceiro sujeito seria a essência da experiência de ler, assim como também o núcleo da experiência psicanalítica¹. Mais adian

7 O autor já inicia o texto nos advertindo que sua proposta diz respeito a um terceiro que se forma a partir dos dois elementos iniciais, porém não os apaga ou neles se encerra, mas produz uma terceiridade que não é se constitui como eles próprios, mas algo novo que deles advém. São diversos os trechos em que esta ideia se evidencia, mas aqui citamos apenas alguns, a fim de sustentar nosso argumento.

te Ogden reafirma a complexidade e caráter dialético no sentido hegeliano que já examinamos e, portanto, também histórico, da experiência de leitura e, analogamente, de análise. Afirma que escritor e leitor não criam um ao outro de modo a-histórico: “O presente no qual o terceiro sujeito surge não é simplesmente o momento atual, mas o “momento presente do passado” (...) o qual (o passado) fala por intermédio de nós tanto quanto falamos um por intermédio do outro” (1996, p.2). Adiante, diz que o leitor transformará o que lê em outra coisa que já não são as palavras que lera. Expressando tal ideia em termos de experiência analítica, afirma que

... os sujeitos da análise (...) mantêm uma relação dialética entre si. Dos elementos da dialética entre sujeito e objeto começa a emergir um novo conjunto que (...) se revela uma nova fonte de tensão dialética. O processo analítico que cria o analista e o analisando é um processo no qual o analisando não é simplesmente o sujeito da investigação analítica... (1996, p.2).

O autor dá continuidade ao raciocínio evidenciando que o analista, por sua vez, não é apenas sujeito observador deste trabalho, pois sua experiência subjetiva também compõe tal esforço e constitui o único caminho possível para conhecer o que se está buscando entender. A guisa de conclusão, Ogden resume sua ideia de que

... a psicanálise pode ser pensada como um esforço para vivenciar, compreender e descrever a natureza mutativa da dialética gerada pela criação e negação do analista pelo analisando e do analisando pelo analista (...). A tensão dialética gerada por essa negação e esse reconhecimento criativos não constitui uma questão a ser respondida, um enigma a ser resolvido (...), não tem uma resposta. (1996, p.5).

Agora que estamos certos de que a dialética utilizada por Ogden (1996) se coaduna com a tese que aqui propomos, podemos passar a um breve exame de sua conceituação do terceiro analítico intersubjetivo⁸, nomeação que reitera sua filiação aos teóricos da intersubjetividade. Na medida em que percorremos as formulações do autor acerca deste conceito, descortinamos o quanto sua concepção a respeito de uma psicanálise contemporânea diverge contundentemente da psicanálise clássica freudiana. Encontramos em seu texto a consideração de que o pensamento psicanalítico contemporâneo não se encontra mais às voltas com as dinâmicas intrapsíquicas nem com a ideia do analista enquanto uma tela branca e neutra, puro receptor de projeções do analisando. Pelo contrário, ele desenvolveu-se para um ponto em que não se pode mais considerar “analista e analisando como sujeitos separados que tomam um ao outro como objetos” (1996, p.58). A

8 A expressão “terceiro analítico intersubjetivo”, geralmente utilizada de forma resumida, é citada pelo autor em nota de rodapé da página 60, onde faz o importante esclarecimento de que seu inovador conceito não possui nenhuma relação com o terceiro edípico/simbólico.

desconstrução de uma compreensão solipsista e intrapsíquica e de um entendimento clássico da relação transferencial vai sendo evidenciada pela proposta de uma nova concepção, calcada na dialética intersubjetivista. Esta abarca as subjetividades de analista e analisando e um campo que se forma como um terceiro a partir de sua interação, reafirmando-se como uma ordem paradoxal na medida em que se constitui pela experiência dialética de estar simultaneamente no terreno das subjetividades do par analista/analizando e no campo da intersubjetividade engendrado por elas – o terceiro analítico – mas que dialeticamente, as engendram. Deste modo, a intersubjetividade e as subjetividades individuais de analista e analisando criam, negam e preservam umas às outras. Há um movimento dialético de subjetividade e intersubjetividade na situação analítica e ambas constituem o terceiro analítico. Ou seja, segundo o autor, o processo analítico reflete a inter-relação de três subjetividades: do analista, do analisando e do terceiro-analítico, que consiste numa criação do analista e do analisando ao mesmo tempo que ambos são criados pelo terceiro analítico. Neste sentido, não existe analisando, analista ou mesmo análise na ausência do terceiro, nem terceiro sem análise. Para Ogden, portanto, a própria experiência analítica se passa dentro do terceiro-analítico, ou seja, é produzida por ele. Isto é, ele a constitui e, dialeticamente, é também constituído por ela. A “experiência analítica ocorre no vértice do passado e do presente e envolve um ‘passado’ que está sendo recriado (...) por meio de uma experiência produzida entre analista e analisando (isto é, dentro do terceiro-analítico)” (1996, p.72).

Passaremos agora a alguns aspectos a respeito do terceiro analítico que evidenciam o rompimento que citamos acima com a psicanálise clássica. A criação do terceiro analítico se realiza conjuntamente e engloba a história pessoal e a constituição psicossomática de analisando e analista. Assim, nenhum sentimento, pensamento ou mesmo sensação pode ser considerado como estritamente pessoal, pois tudo que se passa na experiência analítica é criado ou ao menos modificado pelo terceiro analítico, não permanecendo, assim, como era fora de tal contexto. O pessoal, definido pelo autor como o individualmente subjetivo é, assim, alterado pela experiência do terceiro-analítico. Já na psicanálise clássica, o analista deveria superar ou afastar sua atividade psicológica pessoal, a fim de concentrar sua atenção no analisando. Ogden critica isto, afirmando que uma concepção de experiência do analista que descarta tais fatos clínicos – o pessoal – o leva a ignorar ou reduzir grande parte de sua experiência com o analisando e conclui: “se quisermos ser analistas num sentido pleno, temos de tentar conscientemente fazer inclusive esse aspecto de nós mesmos participar do processo analítico” (1996, p.79).

Tal consideração reconhece uma nova posição para o analista, como já fazia Ferenczi, negando-lhe uma posição de neutralidade e inserindo-o como parte essencial do processo analítico. Implicado subjetivamente, possui presença ativa e integrante do trabalho analítico, com seu aparelho de pensar pensamentos, seus sentimentos e até sensações corporais, sendo parte constitutiva do terceiro analítico. Tal posição transcende a ideia do papel do analista como mero decifrador da relação transferencial e contratransfe

rencial – esta última relacionada ao que lhe suscita o paciente e o conteúdo da análise: “acredito que o uso do termo contratransferência para fazer referência a tudo que o analista pensa, sente e vivencia sensorialmente obscurece a simultaneidade da dialética (...) da subjetividade individual e intersubjetividade” (1996, p.70). Tal posicionamento consistiria numa espécie de reafirmação da individualidade e do subjetivismo sobre a intersubjetividade própria ao terceiro analítico. O analista permaneceria num lugar de suposta neutralidade. Contudo, na medida em que consideramos o conceito de terceiro analítico, nenhum dos polos da dialética existe de forma pura, isto é, analista e analisando não se apresentam como entidades separadas, mas sim como criação da intersubjetividade analítica. Assim, em oposição à técnica clássica, Ogden considera que não cabe ao analista desembaraçar os elementos constitutivos da relação, num esforço para determinar as qualidades de cada indivíduo - analista e analisando. Pelo contrário, a tarefa analítica que propõe envolve uma tentativa de se debruçar sobre a experiência de inter-relação dialética das subjetividades e da intersubjetividade constitutivas do terceiro analítico a favor do trabalho de análise¹.

Embora não se refira ao terceiro analítico como um espaço, área ou campo, Ogden afirma que este se forma a partir de dois elementos que lhe antecedem, sem apagá-los, mantendo características paradoxais e constituindo uma ampliação do analítico. Este, é entendido como um lugar não localizável que abarca tudo que se passa no contexto analítico e o engendra, ao mesmo tempo em que é por ele engendrado, como os pensamentos, sentimentos e sensações de analisando, analista e do terceiro analítico. Assim, propõe um rompimento com a dinâmica dual própria à psicanálise clássica, propondo um entendimento que lança luz sobre a clínica contemporânea. Não podemos deixar de citar André Green, outro importante autor em cuja obra encontramos conceitos teóricos que apontam para um terceiro elemento, como vemos nas noções de terceiridade, processo terciário e em sua “teoria da triangulação generalizada a um sujeito substituível”. Contudo, somos bastante críticos à sua teorização sobre o terceiro, pois esta possui uma base bastante calcada na metapsicologia e na simbolização e, neste sentido, nos parece mais limitada e menos inovadora que a proposta de Ogden. O desenvolvimento de suas formulações acerca do terceiro nos parece advir de dois fatores.

¹ No capítulo sobre o terceiro analítico, Ogden (1996) se utiliza de duas vinhetas clínicas para exemplificar como o terceiro analítico se manifesta clinicamente e pode ser utilizado no trabalho de análise. O autor traz experiências pessoais, sentimentos e sensações que fizeram parte do terceiro analítico nestes dois casos e discorre sobre como fez uso deste material na análise de tais pacientes.

O primeiro se refere à crítica de certo apagamento das triangulações edipianas, o que atribui sobretudo ao crescimento dos estudos psicanalíticos das relações pré-genitais/pré-objetais. Segundo ele, a comunidade psicanalítica, muito influenciada especialmente pelos métodos de Mahler de observação mãe-bebe, teria enfatizado este momento dual, anterior à relação objetal triangular edípica, sublinhando as angústias de separação e intrusão correlatas ao período pré-objetal e deixando de lado o complexo edípico e sua correspondente angústia de castração¹. Embora Green (2008) afirme reconhecer a importância dos estudos sobre a fase pré-genital, considera uma ilusão declarar que o pai como terceiro não participe dos processos psíquicos em tal fase. O autor nos parece até mesmo ressentido com o fato do pai e da função paterna terem sido relegados a último plano (2008), não admitindo a possibilidade de ausência do pai como terceiro na relação mãe-bebê. Atribui, então, a Lacan o grande mérito de ter reestabelecido a importância da função paterna, não somente nas neuroses, mas em toda patologia: “Acompanhando as reflexões de Lacan, eu me senti sensibilizado pela ideia de que as relações triangulares haviam sido negligenciadas e arbitrariamente restritas ao complexo de Édipo. Muito mais do que uma função, tratava-se de uma metáfora paterna” (2008, p.230). Green parte, então, do resgate do terceiro inicialmente via complexo de Édipo - tema mais abordado em seu artigo aqui referido - para promover uma ampliação a respeito do terceiro da triangulação, desta vez não circunscrito ao complexo edípico. Assim, o autor se afasta - mas nem tanto - da concepção freudiana clássica de triangulação. Deste modo, para resgatar o terceiro da triangulação, mas supostamente escapar do aprisionamento edipiano, propõe a ideia de que, mesmo na relação dual mãe-bebê, o pai se presentifica, se não enquanto pessoa, enquanto presença no psiquismo materno. Daí se origina sua teoria da triangulação generalizada a um terceiro substituível, segundo a qual não necessariamente o pai constituirá o terceiro da relação triangular, podendo tal lugar ser ocupado por qualquer objeto que se constitua como o outro do objeto (2008). Isto é, trata-se de uma relação ternária formada por sujeito, objeto e o outro do objeto, donde este último pode variar, via deslocamento, mas mantendo a estrutura triangular.

O segundo fator que certamente contribuiu para Green lançar-se à concei

10 Nos parece que a crítica de Green a respeito das relações pré-genitais duais e sua tentativa de resgatar um terceiro - ainda que não edipiano, mas que garantiria o processo de triangulação - está referida ao que afirmou Coelho Junior (2015) a respeito do surgimento das teorias da terceiridade em psicanálise configurarem-se como resposta crítica à chamada two body psychology, citada anteriormente.

tuação da terceiridade e do qual compartilhamos, consiste numa crítica ao dualismo freudiano, marcado por uma oposição binária. Exceção-se o próprio complexo de Édipo e as teorias das instâncias, em que a terceiridade se manifesta de forma clara e incontornável:

... na estrutura geral dos elementos da teoria freudiana se constata que a dualidade é a regra: dualismo pulsional, pares de opostos, recalçamento primário e secundário (...). Não se poderia terminar de listar o número de noções capitais que são em número de dois e que são embebidas pelas relações de (...) antagonismo, numa dialética sutil (Green, 2008, p.232).

Alinhado ao posicionamento crítico que buscou fazer frente à *two body psychology*, como já citamos, Green (2008) infere que quando certo grau de complexidade é atingido, a dualidade parece tornar-se insuficiente para dar conta das relações, o que leva à necessidade de se apelar às relações triádicas. Curiosamente, em seu desenvolvimento sobre a terceiridade, Green, que primeiro reconheceu em Lacan uma boia de salvação a respeito do resgate do terceiro através das noções de função e metáfora paterna, procura em seguida livrar-se dele, embrenhando-se numa trama por si próprio tecida. Buscando sair do que considera o enclausuramento para o qual Lacan havia nos sequestrado – referindo-se à concepção lacaniana da linguagem apenas como sistema de representação de palavra – apela à obra do filósofo Charles S. Peirce, o qual incluirá a representação de coisa a partir de uma articulação entre linguagem e semiótica. Assim, apenas a contribuição de Peirce levou Green de fato à sua concepção de terceiridade. Talvez isso se deva, em parte, ao fato da própria teoria de Peirce se fundamentar numa lógica terciária. Para ele, a linguagem diz respeito a todo e qualquer fenômeno que traduza uma coisa em outra coisa por intermédio de mais uma, a qual procura vincular às duas anteriores. Sua concepção de semiose comporta três categorias: (I) a primeiridade, formada pela qualidade perceptiva ou sensação, diz respeito aquilo sobre o que não existe referência ainda, o fenômeno em si, antes mesmo que seja percebido; (II) a secundidade, que envolve resposta, reação, corresponde à percepção, consiste na constatação da origem de uma sensação e do que a motivou e; (III) a terceiridade, que é a representação, é aquilo que relaciona o fenômeno da secundidade ao da primeiridade, é o que permite generalizar o fenômeno percebido. Assim, traduzindo sua complexa teoria em termos semióticos, “a terceiridade é o que traz a primeiridade (...) para a interação com a secundidade, (...) interação essa realizada por meio do pensamento e de sua capacidade de estabelecer leis e generalizações, ou seja, a ação do signo, sua força interpretante (a terterceiridade)” (oelho Junior, 2015, p.188).

Vemos que as influências de Lacan e Peirce no pensamento de Green sobre o terceiro confinam em larga escala sua teoria da terceiridade ao campo da simbolização. A produção de um terceiro para Green provém dos limites da dualidade e constitui o fundamento da atividade simbólica, estando interligado ao sistema representacional, calcado no signo como representante de um fenômeno, que nos leva a concebê-lo simbolicamente, mas com ênfase na lógica triádica. O autor explica que o símbolo é definido como um objeto cortado em dois, cujos portadores podiam juntar ambas as partes, mas

afirma que há, de fato, três objetos: os dois pedaços separados e o objeto correspondente à junção deles dois, que constitui o terceiro (Green, 2008). Ao aplicar tais ideias à situação analítica, afirma que os impasses da relação dual analista-analisando acabam por limitar as trocas numa circularidade sem saída e deixa claro que apenas a produção de um terceiro constrói o fundamento para a atividade simbólica: “Na sessão, o objeto analítico é como esse terceiro, produto da reunião daqueles constituídos pelo analisando e o analista” (2008, p.231). Assim fundamenta a ideia de processo terciário, o qual constitui um processo de ligação entre os processos primário e secundário. O processo terciário seria responsável por promover a simbolização no contexto analítico: “Se os processos terciários não existissem, não haveria análise. O que quer dizer que se não houvesse mecanismos de ligação entre processos primários e processos secundários, não vejo como poderia efetuar-se a integração deles” (Green, 1990, p.36). Essa ligação de que nos fala Green está no cerne de sua complexa teoria da representação, a qual não abordaremos aqui. Mas desejamos ressaltar sua ideia de que é pela ligação promovida pelo processo terciário que conteúdos do processo primário são convertidos em palavras e adentram a cadeia da linguagem, ligando-se assim ao processo secundário.

A preocupação de Green com os processos de simbolização faz sentido se considerarmos suas pesquisas a respeito dos estados-limite, diante dos quais afirma que o analista não pode ficar passivo: precisa reestabelecer os vínculos atacados pelo pensar do paciente, construindo ativamente o *setting* como um espaço que busca transgredir a separação entre elementos, mas, paradoxalmente, promovendo contornos, como propõe o conceito winnicottiano de *holding* ou a noção bioniana de continente. Ainda que com ênfase na questão da simbolização, Green promove uma ampliação a respeito do lugar do analista e o implica diretamente no processo de simbolização, que não mais seria função exclusiva do paciente, mas resultado dessas modificações que pressupõem a presença do corpo, afeto e outros meios de escuta que não a escuta em si, evidenciando o que se passa no *setting* para além da representação de palavra. Neste contexto, propõe que o analista deve ter ouvidos mais sensíveis ao arcaico e sobre ele se debruçar. Isto pressupõe um retorno ao que define como contato primitivo, isto é, o resgate de uma comunicação corpo-a-corpo, deixada de lado quando se decretou que a comunicação via palavra seria mais apropriada. Neste sentido, Green retoma a ideia lacaniana da “palavra enquanto homicídio da coisa”, segundo a qual é a partir da renúncia a uma comunicação corporal que a comunicação verbal se estabeleceria, o que resultaria num processo de luto inexorável à constituição da palavra. O discurso analítico, portanto, é constituído por um processo de luto proveniente do nascimento da palavra, o qual, segundo Green, não devemos perfazer mas, pelo contrário, reiterar que é precisamente por isso que o discurso analítico é necessariamente “palavra pulsionalizada”, é “fala corporalizada” e, por esta razão, podemos afirmar que corpo e palavra coexistem e se articulam no processo analítico. Deste modo, vimos que Green apela mais uma vez a Lacan, mas justamente no que se refere à inclusão da representação de coisa que buscara em Peirce. Isto é,

em seu entendimento, a representação de palavra não abarca toda a gama de processos que se passam no *setting*, por isso a necessidade de se incluir outros modos de representação, para além da palavra. A ideia lacaniana de que a palavra é o homicídio de coisa denuncia que o simbólico é incapaz de dar conta do real, afirmando sua limitação e, por conseguinte, a existência de um resto, não-simbólico, não dizível, não circunscrito na representação de palavra, mas que se apresenta na cena analítica como um resto a ser simbolizado. Dessa maneira, apesar de fiel às influências da metapsicologia freudiana e à herança lacaniana a qual não consegue propriamente superar, Green desenvolve sua metapsicologia dos limites, indo além de seus antecessores e propondo novas perspectivas na clínica dos estados-limite. Sua concepção de terceiridade e processo terciário parte, então, de um lugar de grande proximidade à metapsicologia freudiana para dele ir se afastando, inicialmente pela própria conceituação de uma terceiridade que busca dar conta daquilo que a dualidade freudiana não dera. Neste movimento, inclui a ideia de um processo terciário que inclui os processos primário e secundário, mas não se reduz a eles; pelo contrário, realiza um trabalho de ligação essencial que, segundo ele, é condição *sine qua non* para o processo analítico. Neste sentido, suas ideias reafirmam nossa proposta de pensar a necessidade de construção de um a mais na clínica, um terceiro que vai além dos elementos primários a partir dos quais se constitui. Seu foco na simbolização, relacionado à clínica dos estados-limite, evidencia outro fator que desejamos destacar: o aspecto paradoxal que encontramos em suas formulações, sobretudo representado pela ideia aqui já abordada da dinâmica presença-ausência.

Assim como Green, a partir de uma releitura da obra freudiana, Kaës (2011) encontra referências ao terceiro, que denomina “intermediário”, definido como aquele que permite ultrapassar o afastamento entre dois espaços e destaca as noções de pré-consciente, ego, sintoma, para-excitação e formação de compromisso. A categoria do intermediário que propõe é um processo de redução de oposições, que finda o conflito e possui uma função de ligação. Os processos intermediários exprimem um novo modo de conceber as relações entre continuidade e ruptura, permanência e transformação, e dizem respeito ao entre, àquilo que liga, que atua como ponte, que não está nem aqui nem ali, mas também não é o meio. Constitui, assim, uma articulação que advém, sobretudo a partir da noção de intersubjetividade e mostra sua riqueza e pertinência apenas a partir de “um dispositivo derivado (...) do tratamento psicanalítico individual (...), no qual aparecem mais facilmente as articulações entre o espaço intrapsíquico, (...) pluripsíquico, intersubjetivo, coletivo, social...” (p.12), o que, diz ele, Freud não pôde desenvolver.

Ao se referir aos estados-limite e chamar atenção sobre as falhas que se encontram nos sistemas de ligação, afirma tratar-se de “patologias do vínculo intersubjetivo”, do narcisismo, do originário e da simbolização primária e propõe ainda a expressão “patologias dos processos intermediários” para deles se referir. Do ponto de vista clínico corrobora a importância analítica do vínculo e da construção de um espaço intersubjetivo na análise,

justamente o que parece ter claudicado na constituição narcísica destes casos, devido a falhas desestruturantes do objeto. Assim, o analista atua como um mediador, que não é o objeto, mas uma função simbolizante que promove o reestabelecimento das continuidades psíquicas, a partir do que denomina “análise transicional”, termo que evidencia sua linhagem à teoria winnicottiana. Este tipo de análise e lugar de analista é condição para a superação de experiências prévias de ruptura e trauma, que levaram ao fracasso das formações intermediárias acima citadas. O paradoxo que aí reside diz respeito à necessidade de construção do intermediário exatamente devido à sua falência, isto é: a análise transicional, definida como um espaço pelo próprio uso deste termo, se constitui a partir de uma dimensão de ruptura para promover sua superação, para estabelecer as formações intermediárias falsamente constituídas nestes analisandos. Com este entendimento, Kaës vai de uma concepção traumática de algo que não se deu adequadamente para uma compreensão elaborativa e criativa a respeito do terceiro elemento, aqui denominado como intermediário.

Roussillon, por sua vez, se refere a “bases metapsicológicas da paradoxalidade e da comunicação paradoxal”, que resultariam de situações traumáticas em função de falhas ambientais, sublinhando, portanto, seu aspecto negativo. Cita como exemplo radical de processos psíquicos paradoxais a psicose e a loucura. Dentre as experiências paradoxais que descreveu encontramos: (I) uma precoce comunicação corpo-a-corpo de caráter superestimulante mediante um aparelho psíquico incipiente; (II) a simultaneidade de mensagens incompatíveis entre si; (III) um hiato entre o verbal e o corporal que excede a capacidade de ligação do ego; (IV) a experiência de que suas necessidades e pulsões são alternadamente superestimuladas e frustradas, produzindo uma sobrecarga de excitações desorganizadas; (V) a mudança repetida e imprevisível de humor do objeto sem causa aparente, o que atua sobre a confiabilidade da relação, constituindo uma comunicação enlouquecedora; (VI) um afeto desorganizado que oscila entre amor e ódio e bloqueia a constituição da ambivalência, fundando a figura de um amor destruidor.

Todas estas experiências têm como efeito um prejuízo da montagem pulsional, constituindo uma força de desligamento entre as ligações psíquicas, os afetos e as representações. Deste modo, os processos secundários são subvertidos pelos primários, resultando numa desorganização pulsional e afetiva que impede uma regulação econômica estável. Neste contexto há uma experiência traumática permanente, própria a um funcionamento psíquico atípico, marcado pelo esmagamento do pré-consciente, falhas da para-excitação e aniquilamento do ego e de sua capacidade organizadora, ou seja, pela falência de elementos intermediários próprios ao funcionamento normal.

Considerações Finais

A partir de uma descrição a respeito da clínica contemporânea, evidenciamos ao longo desse trabalho a insuficiência do modelo clínico freudiano das psiconeuroses bem como de sua metapsicologia para o atendimento e a compreensão teórica dos denominados novos casos. Os analistas contemporâneos, diante do desafio de atender pacientes não enquadrados na nosografia freudiana das psiconeuroses, precisaram aludir às contribuições de autores pós-freudianos, os quais propuseram mudanças significativas tanto do ponto de vista clínico quanto teórico, para subsidiar sua prática.

Procuramos mostrar neste trabalho que o modelo freudiano dualista e calcado no conflito se mostrou insuficiente no atendimento dos pacientes difíceis, o que levou a fundamentais inovações clínicas e teóricas. Nosso objetivo principal consistiu em investigar algo para o que nossas pesquisas apontavam: a conceituação de um novo campo analítico não calcado na dualidade, na ideia de conflito, progressão ou síntese. Tal campo se forma como um terceiro, um espaço, área ou território, fundado a partir de elementos anteriores, numa espécie de ordem paradoxal, a qual não comporta a superação de fases ou a escolha de um só caminho, mas é produto de uma série de processos que acontecem em tal campo, fornecendo-lhe complexidade e contornos tridimensionais. Para tal, abordamos a contribuição de autores específicos e suas teorias sobre o terceiro, principalmente os que nossa pesquisa mostrou estarem em consonância com a ideia que sustentamos, através de sua aderência a pelo menos alguns dos aspectos que observamos: a noção teórica de um terceiro, como concebido por nós; a ideia de insuficiência ou inadequação do arcabouço teórico-clínico psicanalítico clássico; a afirmação de que o terceiro apresenta-se em aspectos defensivos próprios a situações de trauma e ruptura, embora também se evidencie no desenvolvimento denominado normal; a relação do terceiro com a noção de trauma precoce devido a falhas do objeto como determinante de uma patologia contemporânea. Vimos também como os subsídios teóricos a respeito do terceiro estão intimamente ligados à experiência clínica, e como os novos casos suscitaram a necessidade de mudanças técnicas consideráveis, evidenciando a inadequação do modelo clássico freudiano.

Acreditamos que ainda haja muito a ser pesquisado a respeito do tema da terceiridade em psicanálise, o qual de forma alguma buscamos esgotar. Nos interessa, sobretudo, buscar alternativas à compreensão do modelo representacional, calcado na ideia de simbolização. Inferimos também que o terceiro tal como concebido por nós, como indicaram alguns autores aqui citados, não se restringe à clínica do traumático, mas se presentifica no contexto analítico em geral, mesmo naqueles casos em que não estamos diante do que a lógica normativa considera pacientes difíceis ou estados-limite. Talvez seja profícuo universalizar a ideia de terceiro e, certamente, as mudanças técnicas aqui abordadas para a clínica em geral, considerando os inevitáveis limites da simbolização e a implicação do analista como pessoa, numa relação horizontal, mútua e de afetação, a qual configura uma nova ética para a psicanálise, aquela que defendemos e pela qual se dá a soma de nossos esforços.

Referências Bibliográficas

- Coelho Junior, Nelson Ernesto (2015). *Figuras da terceiridade na psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos* Cad. Psicanálise – CPRJ. Rio de Janeiro. v. 37, n.32.
- Ferenczi, Sandor. (2011) *Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1923/1996) *O Ego e o Id*. In: Freud, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. *A negativa* (1925/1996). In: Freud, ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- Gondar, Jô; Canavez, Fernanda. (2022). *O desvio como método* In: Gondar, Jô; Schueler Reis, Eliana. *Com Ferenczi: o coletivo na clínica, racismo, fragmentações, trânsitos*. São Paulo: Zagodoni.
- Green, André. (1990) *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites* Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2008) *Configurações da condição do terceiro (terceiridade)*. In: Green, A. *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.
- Japiassú, Hilton; Marcondes, Danilo. (2008). *Dicionário básico de filosofia* 5a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kaës, René. (2011). *Os Espaços Psíquicos Comuns e Partilhados: Transmissão e Negatividade* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ogden, Thomas. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Roussillon, René. (1999) *Agonie, clivage et symbolisation* Paris: PUF.
- _____. (2013) *Comentários de René Roussillon*. In: Savietto, Bianca Bergamo; Figueiredo, Luís Claudio; Souza, Octavio (Orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Winnicott, Donald Woods (1958/1983) *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1958/2000) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (org) (1989/1994) *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed.